



## **“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

**Eixo temático:** Política Social e Serviço Social

**Sub-eixo:** Política de Educação

### **SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL:**

especificidades de uma atuação sociopolítica

ANGELITA MÁRCIA CARREIRA GANDOLFI LANÇA <sup>1</sup>  
LÍVIA NEVES MASSON <sup>1</sup>

#### **RESUMO**

A intervenção do Serviço Social independente do espaço ocupacional caracteriza-se por uma atuação política, interfere na produção e reprodução da vida em sociedade, sob o aspecto socioeducativo de fomentar conhecimentos que ultrapassem valores deterministas. Na Política Educacional, evidencia o compromisso ético-político em oportunizar condições para a tomada de consciência sobre a realidade social e humana e assim fazer germinar a transformação, estabelecendo proximidades com a perspectiva de uma educação libertadora e emancipatória. A legitimidade do Serviço Social é algo que perpassa as condições concretas de existência e permanência da categoria profissional na atualidade.

Palavras-chaves: Serviço Social; dimensão socioeducativa; atuação política.

#### **ABSTRACT**

The intervention of the Social Service independent of the occupational space is characterized by a political action, it interferes in the production and reproduction of life in society, under the socio-educational aspect of promoting knowledge that goes beyond deterministic values. In Educational Policy, it highlights the ethical-political commitment to creating conditions for awareness of the

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade De Ribeirão Preto

social and human reality and thus making the transformation germinate, establishing proximities with the perspective of a liberating and emancipatory education. The legitimacy of Social Work is something that permeates the concrete conditions of existence and permanence of the professional category today.  
Keywords: Social Work; socio-educational dimension; political action.

## INTRODUÇÃO

A Educação é algo que perpassa as relações humanas, inter-relacionada a contextos socioeconômicos, políticos e sociais. Ela faz parte da vida em sociedade e em uma concepção ampla extrapola a educação escolarizada, institucionalizada e/ou sistematizada. Diante da complexidade do real, se manifesta como um ato político, através do qual ficam evidentes os seus compromissos mediante processos de construção e consolidação de ideologias e da cultura, correspondentes às relações de forças e de poder dominantes no desenrolar da história.

O fato dela se desenvolver também nos cenários extra-escolares, obviamente com formas e propósitos diferentes, materializa um campo aberto para a atuação de diversos setores e áreas. O que se faz necessário evidenciar é que a Educação em sua totalidade não é competência somente da Escola, ela pertence à sociedade, portanto se consolida nas diversas inter-relações que o homem estabelece com a mesma.

Retomar tais apontamentos se fazem necessários para o entendimento da relação existente entre o Serviço Social e a Educação, sob a ótica da particularidade política. Ambas as áreas possuem o potencial de exercer por meio da práxis atos e ações de cunho político, uma vez que as mesmas são imbuídas de ideologias e visões de mundo que contribuem para a formação social da humanidade e conseqüentemente da sociedade. Desta forma, detêm o poder de articular perante a realidade social, movimentos a favor da emancipação humana e social baseada em princípios democráticos ou em benefício do aprisionamento humano nas relações hierárquicas e desiguais naturalizadas no meio social.

## RECONHECENDO A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL

É sob esta conotação de atuação política que o Serviço Social exprime a sua dimensão educativa. Cabe a ressalva de que tal dimensão não é especificidade exclusiva do Serviço Social, ao contrário, compõe o cenário de diversas áreas, uma vez que no âmbito da sociedade, todas contribuem de forma mais direta ou indireta para a propagação de ideais, valores e verdades frente o processo de consolidação político-ideológico de uma nação.

De acordo com TORRES, a perspectiva socioeducativa tem se fortalecido como característica da intervenção do Serviço Social desde os anos de 1980. Para a autora, o trabalho socioeducativo instaura-se,

[...] tendo como referência às relações de saber e poder presentes na sociedade e “reproduzidas” no espaço organizacional. O usuário é identificado como um dos protagonistas do processo interventivo e não como um receptor dos serviços estabelecidos previamente pelo poder público ou mesmo pelas organizações nas quais o assistente social é contratado. Caracteriza-se por consolidar a visão da educação popular, em que o profissional atua tomando como referência os modos de vida da população usuária, possibilitando a realização de uma prática crítica, que se configura na sua concreticidade, criticidade e teleologia. (TORRES, 2009, p. 221-222)

A referência à dimensão socioeducativa do Serviço Social aparece explícita no Código de Ética Profissional, regulamentado em 1993, no tocante a definição do Projeto Ético-Político Profissional, que estabelece à categoria de forma homogênea a opção e o compromisso ético e político para com a classe trabalhadora e menos favorecidas na sociedade, em rompimento a neutralidade profissional. A partir deste ponto, a profissão enquanto classe define sob bases teórico-ideológicas a quem irá servir e para quê. Sob este ângulo, passa a servir a minoria, ou seja, os grupos marginalizados socialmente frente as diversas expressões da questão social em prol do exercício da cidadania e da construção de uma sociedade de bases democráticas, que priorize a liberdade e a equidade. De acordo com Bonetti (2005, p. 163) a democracia passa a ser considerada para a categoria profissional como um valor ético-político central, pois somente por meio dela a liberdade e a equidade poderiam ser atingidas.

Desta forma, a dimensão socioeducativa da profissão se alicerça sobre referenciais teórico-ideológicos, que exigem para a sua aplicabilidade coerência com os referenciais técnico-operativos. Para sair do abstrato e atingir o concreto, a dimensão socioeducativa deve ultrapassar as barreiras de implementação das ações e propostas profissionais, questão desafiadora que acompanha a profissão ao longo dos tempos.

Em observação as considerações de Oliveira; Elias, a dimensão socioeducativa,

Remete-se, então, à existência de um processo educativo no interior da prática profissional do Serviço Social, que está fundamentado na questão social, ou seja, uma prática social e educativa (socioeducativa) que se faz necessária em decorrência das manifestações das desigualdades sociais emergentes da luta de classes entre burguesia e proletariado. (OLIVEIRA; ELIAS, 2008, p. 62)

Sendo assim, a dimensão socioeducativa em expressão do compromisso ético-político profissional atua em oposição ao direcionamento do contexto contemporâneo que nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais encontram-se regidos pela lógica do capital, alicerçada nos princípios neoliberais das relações de mercado, que têm provocado alterações profundas nas relações do homem com a sociedade, contribuindo para a construção de um cenário de desregulamentação de políticas e ausência de direitos. O coletivo se enfraquece diante da era do individual e do individualismo, exemplificada pelo jargão “salve-se quem puder”. Para Montañó (2006) o cenário contemporâneo traz diversas inflexões para a profissão, que interferem diretamente em relação a:

[...] 1) em sua *condição de trabalhador* — aumentando o desemprego profissional, precarizando o vínculo trabalhista, levando a uma tendência à “desprofissionalização”; 2) em sua *demanda direta e indireta* — aumentando e diversificando as manifestações da “questão social” enfrentadas pelo assistente; e 3) em sua *prática de campo* — reduzindo os recursos para implementar serviços sociais; demandando o “tarefismo” ou o “ativismo” que subordina a qualidade do atendimento à quantidade; com a “desuniversalização” das políticas sociais, atuando o assistente social em micro-espacos; com tendência à “filantropização” e ao “assistencialismo” e, inclusive, à “mercantilização” dos serviços sociais (retirando-lhes a dimensão de direito de cidadania). (Montañó, 2006, p.5)

Caracterizando-se ao Serviço Social como imprescindível em relação ao desenvolvimento da práxis, a dimensão socioeducativa perpassa todos os campos profissionais, em posição de enfrentamento aos desafios internos e externos de atuação. Seja na área jurídica, na saúde, na assistência, na previdência, na educação, dentre outras, expressa-se com uma função primordial junto a demanda de atendimento, instituição/organização contratante e sociedade em geral. Nos diversos espaços, enfrenta o desafio de mobilizar o coletivo em prol da emancipação política, humana e social.

Sob este aspecto, esclarece-se que a dimensão socioeducativa profissional não é atribuição somente do Assistente Social que atua ou poderá vir a atuar na Política de Educação, questão que expressa muitas distorções de entendimento. Ela acompanhará o Assistente Social onde estiver, independente da área de atuação, pois está intrinsecamente relacionada ao Projeto Ético-político profissional, que conforme já visto, representa os ideais de uma categoria.

A Política de Educação, tais como as demais políticas, representam no país a correlação de forças existente entre interesses divergentes, presentes em uma mesma sociedade. Por este motivo, apesar do povo ter sido respaldado com diversas garantias que se configuraram direitos na Constituição Federal de 1988, no cotidiano as Políticas representam um cenário contraditório, com desafios de implementação que atingem desde o acesso até sua efetividade democrática.

A sociedade contemporânea em atenção a suas recentes configurações de âmbito global, neoliberal e capitalista redefinem as relações do homem em sociedade e exprimem modificações no contexto das Políticas Públicas e Sociais. Tais modificações assumem um caráter político e ideológico, bem como técnico-operativo e exibem um cenário de afastamento do Estado diante de suas responsabilidades para com tais políticas por meio de um discurso legitimado de descentralização político-administrativa. Distante da lógica de participação democrática da população no gerenciamento, implementação e controle social, a carruagem caminha para o desmantelamento e a fragilização de direitos, fundamentados no discurso das privatizações. Hoje, as Políticas Públicas Sociais em sua maioria, são permeadas pela prestação de serviços públicos e privados, que se estabelecem sob critérios

seletivos e discriminatórios de acesso, condicionados ao prisma mercadológico.

Se considerarmos que as Políticas Sociais se mantiveram no decorrer da história brasileira em um processo dialético de avanços e retrocessos, podemos caracterizar este momento sob a ótica desta última perspectiva. A garantia legal de tais políticas não significa que no cotidiano as mesmas contemplem as reais necessidades da população demandatária e nem que atinjam em sua complexidade as problemáticas evidentes da vida em sociedade. Poderíamos dizer que estão no mérito da superficialidade, do “faz de conta”, reportando-se ao seu passado, a fim de cumprir sua função de conter as insatisfações populares resultantes da vivência das contradições do próprio sistema político-econômico e social capitalista.

Além dos desafios de se manter como direito privilegiando princípios de igualdade e justiça na sociedade contemporânea, as Políticas Sociais se deparam também com a dificuldade de responder às diversas e atuais expressões da Questão Social, que exigem diferentes posturas e posicionamentos por parte do Estado e sociedade em geral.

As Políticas Sociais assumem a difícil tarefa de responder às particularidades das problemáticas sociais em atenção à amplitude e complexidade que expressam na atualidade, coerente a sua identidade contraditória, mostrando-se simultaneamente positiva e negativa, beneficiando interesses contrários de acordo com a correlação de forças prevaiente (PEREIRA, 2009, p. 166).

A Questão Social hoje se expressa fundamentada no acirramento das desigualdades sociais que expõem o ser humano a condições extremas de exploração que ultrapassa a ordem material e atinge também o modo de gestão da vida em sua subjetividade. Identifica-se a polarização da sociedade entre aqueles que detêm muito e aqueles que detêm nada ou quase nada; aqueles que detêm o conhecimento tecnológico e aqueles que não detêm; aqueles que participam do mundo globalizado e internacionalizado nas relações de consumo e aqueles que não participam; aqueles que usufruem do cenário das informações de base micro-eletrônicas e aqueles que não usufruem, dentre outros. Tais situações delineiam diferenciações da conjuntura dos problemas sociais observados na fase pré-industrial.

Participamos de um momento histórico, onde além das relações sociais, as humanas também se encontram fragilizadas, onde as diversas formas de violência (física, social, psicológica, dentre outras) se fazem presente, onde o narcotráfico se estabelece na sociedade em amplas dimensões, onde caminhamos para a construção de um novo exército de mão-de-obra de reserva, agora composto também por profissionais que possuem formação técnica ou de nível superior, onde nos transformamos em máquinas para o mercado de trabalho e como tal temos uma vida útil curta, servindo aos interesses do capital até a meia idade para posteriormente aglutinar os quadros dos desempregados, que não incluem somente os preguiçosos ou vagabundos, conforme eram caracterizados no início do século XIX, mas àqueles pertencentes às idades acima dos 40 anos. Este ritmo acelerado e desumano que têm permeado a vida no final do século XX e início do século XXI tem contribuído para a degradação humana não só no social, mas também em termos de adoecimento físico, psíquico e mental. A sujeição às mais variadas formas de exploração, identificam um cenário onde as classes menos favorecidas encontram-se cada vez mais fragilizadas em relação ao seu poder de mobilização e uma minoria continua exercendo o seu poder de forma autoritária e arbitrária, sob preceitos que não atendem ao todo.

Há autores que trabalham na perspectiva de estarmos vivendo em um contexto propício para revoluções. A Questão Social se apresenta evidente aos olhos da sociedade como um todo, não se sustentando mais em discursos positivados da realidade social que concebem suas expressões como naturais e/ou de responsabilidade individual das pessoas.

## **A ATUAÇÃO POLÍTICA COMO PREMISSA PROFISSIONAL**

Tanto o Serviço Social como a Educação encontram-se em um momento oportuno na história de desenvolvimento do país, onde suas particularidades de atuação política no processo de construção da cultura, os legitima diante da responsabilidade de promover nos espaços em que atuam, condições para que a população compreenda suas realidades no âmbito da consciência crítica, que se

percebam nas diversas relações enquanto sujeitos de direitos e não objetos.

A Escola enquanto instituição de referência da Educação sistematizada, encontra-se no atual contexto impossibilitada a atuar somente frente sua função específica de estímulo e propagação de conhecimentos. Há a exigência que seu olhar se amplie para além das especificidades do ensino técnico-informativo, que possibilite o atendimento de seu público em inter-relação com a sociedade diante de sua complexidade. O educador (professor) no cotidiano de suas relações profissionais intra-escola é chamado a trabalhar em suas propostas pedagógicas as múltiplas expressões da Questão Social que atingem de forma direta e/ou indireta seus alunos. Sem tal condição, a educação escolar não estabelece relação de sentidos para com seus alunos, persistindo na incoerência da idealização dos mesmos, contrária a realidade dos sujeitos que compõem a escola pública.

De acordo com observações de Almeida,

A escola pública e, mesmo, a particular, na esfera do ensino fundamental, se vê atravessada por uma série de fenômenos que, mesmo não sendo novos ou estranhos ao universo da educação escolarizada, hoje se manifestam de forma muito mais intensa e complexa: a juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente, mediado pelo consumo; a ampliação das modalidades e a precoce utilização das drogas pelos alunos; a invasão da cultura e da força do narcotráfico; a pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais; a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica; a negação da profissionalização da assistência no campo educacional com a expansão do voluntariado; a gravidez na adolescência tomando o formato de problema de saúde pública e a precarização das condições de trabalho docentes são algumas das muitas expressões da questão social. (ALMEIDA, 2010, p.2)

Considerando tais representações da Questão Social no cenário escolar, fica evidente que não cabe exclusivamente à Escola as ações de enfrentamento e atuação diante de tais problemáticas. A Política Educacional deve estar intimamente relacionada às demais políticas públicas e sociais, para responder a tais demandas emergentes na consolidação de um sistema de proteção social que se encontre com as necessidades e os direitos da sociedade como um todo. A Educação se configura como um espaço interdisciplinar que deve oportunizar o diálogo de seus sujeitos com a própria realidade.

De acordo com material divulgado pelo Conselho Federal de Serviço Social –



CFESS (2001),

A escola pública, nas últimas décadas, tem assumido um papel significativo no contexto das classes trabalhadores, sendo desafiada cada vez mais em articular conhecimento (que é trabalhado no contexto escolar) com a realidade social (problemas e/ou necessidades sociais) com a necessidade de instrumentalizar o sujeito à compreender e intervir na realidade. (CFESS, 2001, p. 12)

Os desafios que se estabelecem para a instituição escolar na contemporaneidade têm exigido uma maior abertura a outras áreas do conhecimento, bem como a sua articulação extra-muros, envolvendo as famílias dos alunos, a comunidade, as organizações públicas e privadas que compõem o leque de recursos políticos, econômicos, culturais e sociais em uma dada realidade, visto a atuar conjuntamente frente diversas situações presentes em seu contexto.

Tal cenário tem contribuído para vivificar as discussões e reflexões em torno da atuação do Serviço Social na Política de Educação na atualidade. Apesar de ter atingido abrangência nacional nos últimos anos, desde longa data a temática se faz presente no âmbito da profissão. De acordo com Piana (2008, p. 119), as referências históricas indicam para a existência de Assistentes Sociais no cenário escolar já em 1946, de modo que as primeiras experiências se estabeleceram nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul. Neste período, também caracterizado como a fase inicial de constituição da Profissão, as atuações profissionais respondiam à lógica burguesa de princípios religiosos, com a finalidade de ajustar os indivíduos ao meio, ou seja, contribuir para que os alunos se adequassem ao modelo educacional vigente, evitando qualquer forma de desordem e/ou oposição. Mesmo com experiências importantes na área, não houve homogeneidade em sua propagação, uma vez que a atuação em tal área não se expandiu no país como um todo e sim em experiências isoladas e/ou desarticuladas. Talvez este fato se dê devido às condições de estabelecimento da própria instituição Escola que tradicionalmente em sua constituição se consolida pela figura do educador/professor, não aberta a demais profissões por considerá-la legítima no que compete a apropriação e difusão de conhecimentos, reinando única em tal espaço. A aprovação da lei 13.935/2019 confere em nível político a representação da legitimidade da presença dos Assistentes Sociais na Política Nacional de Educação.

Caracteriza-se como um passo importante de conquista de espaço profissional, bem como conquista na ordem ideológica do país. No entanto, vale a lembrança de que as relações entre Serviço Social e Políticas Sociais sempre se manifestaram de forma conflituosa e contraditória frente a garantia de direitos da população, expressando a correlação de forças entre interesses opostos. Por esta herança histórica, há que se ampliar os olhares para além das aparências e compreender no cenário educacional quais são os reais desdobramentos de tais concessões e conquistas.

A atuação do Assistente Social na Política de Educação em decorrência de sua função política, representa muito mais que a conquista e/ou ampliação de espaços profissionais. A presença em tais cenários se justifica mediante o processo de implementação de tal Política, exercendo um papel fundamental na área de gestão e projetos sociais vinculados a comunidade escolar (diretores, professores/educadores, alunos, funcionários em geral) e extra-escolar (família, comunidade do entorno da escola, recursos e equipamentos sócio-assistenciais, articulação com as demais políticas públicas sociais, dentre, outros).

O papel a ser desempenhado pelos Assistentes Sociais no ambiente escolar se difere do exercido pelos professores/educadores em sala de aula. Apesar do trabalho profissional de ambos ser pautado em propósitos políticos com objetivos semelhantes frente a construção de uma sociedade pautada em valores éticos, humanos e de cidadania, as atuações se diferem em relação a prática teórico-metodológica. Desta forma, não há possibilidade do profissional de Serviço Social entrar em atrito com os educadores/professores no que compete a perda de espaço profissional destes últimos, ou interferência nas áreas específicas do saber. A presença do Serviço Social na Escola se justifica frente o trabalho interdisciplinar, que pode colaborar para o desenvolvimento político dos diversos atores sociais envolvidos em tal contexto.

Sobre o trabalho do Assistente Social nas Escolas, Almeida realiza as considerações de que,

[...] não se confunde ao dos educadores. Em que pese a dimensão sócio-educativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer

as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócio-institucionais voltados para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais. Sua inscrição na organização do trabalho coletivo nas instituições educacionais não tem se sobreposto a de nenhum outro profissional, visto que o estreitamento da interface entre a política educacional com outras políticas sociais setoriais tem, historicamente, levado ao reconhecimento da necessidade de uma atuação teórica e tecnicamente diferenciada daquelas desempenhadas pelos professores e profissionais da educação de um modo em geral. A presença dos assistentes sociais nas escolas expressa uma tendência de compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial. (ALMEIDA, 2005, p. 6)

O fato de sua atuação não se confundir com a atuação do educador/professor em sala de aula, não quer dizer que o Assistente Social não possa assumir diante o seu contexto de trabalho (independente da área educacional) o papel de educador social em seu sentido amplo. De acordo com Iamamoto,

Atuando em organizações públicas e privadas dos quadros dominantes da sociedade, cujo campo é a prestação de serviços sociais, o Assistente Social exerce uma ação eminentemente “educativa”, “organizativa”, nas classes trabalhadoras. Seu objetivo é transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade. Essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e de pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas no seu cotidiano, embora se realize através da prestação de serviços sociais, previstos e efetivados pelas entidades a que o profissional se vincula profissionalmente. (IAMAMOTO, 1997, p. 40)

Quando atua frente os desdobramentos da Questão Social subsidiado pela práxis profissional e por sua dimensão socioeducativa, o Assistente Social é capaz de “[...] politizar a concepção de história e do social, ou seja, julgá-la a luz do projeto social e dos interesses da classe a que serve.” (ARROYO, 2002, p.70). Desta forma, contribui para a formação da consciência política da população, orientando-se por princípios éticos, em observação a liberdade, autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais como valores centrais. A definição de um projeto político-ideológico confere à atuação profissional uma postura educativa de não neutralidade perante os acontecimentos da realidade social. Em atenção ao pensamento de Gutiérrez, poder-se-ia mencionar que o Assistente Social enquanto educador social envolve-se com o processo educativo não de maneira a transmitir e propagar conhecimentos, mas de forma dialética, participando com os sujeitos

diante do processo de compreensão e intervenção na realidade.

Educar na justiça é uma maneira de viver e de estar no mundo, de modo a estarmos aptos não só para a denúncia crítica das injustiças, mas dispostos a envolver-nos com suas soluções. Transformação do homem e compromisso com o advento de uma sociedade mais justa são dois aspectos de um processo educacional que exige do educador um compromisso radical. (GUTIÉRREZ, 1988, p. 118)

O Serviço Social desempenha um papel fundamental no processo de reconhecimento da população demandatária das políticas sociais públicas, de sua condição de sujeitos sócio-históricos, capazes de reflexão-ação.

A sua especificidade profissional o caracteriza como um profissional fundamental no cenário contemporâneo, pois atua diretamente na perspectiva de implementação e garantia de direitos sociais, na contra-mão do direcionamento de desmantelamento dos mesmos em nossa conjuntura social. Iamamoto (1997, p. 194) faz referência ao Serviço Social como uma profissão que apresenta a particularidade da dimensão interventiva no real, de ação na sociedade. Em um texto recente, Faleiros chama a atenção para a definição que o CFESS (2011) elaborou em relação a especificidade da profissão de Serviço Social, sob a qual,

(A) trabalhador(a) social atua no âmbito das relações sociais, junto a indivíduos, grupos, famílias, comunidade e movimentos sociais, desenvolvendo ações que *fortaleçam* sua autonomia, participação e exercício de cidadania, com vistas à mudança nas suas condições de vida. Os princípios de defesa dos direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social, com vistas à superação da desigualdade social e de situações de violência, opressão, pobreza, fome e desemprego. (FALEIROS, 2011, p.748-761)

Explicitar a especificidade profissional do Assistente Social se faz necessário para desmistificar conceitos estabelecidos no âmbito do senso comum em relação à profissão. A mesma possui uma lógica de ser e estar ao longo da trajetória histórica de sua constituição que merece atenção em relação a suas conquistas ideo-políticas e técnico-metodológicas. O diálogo entre as diversas áreas do conhecimento e atuação técnica já ultrapassou o caráter da urgência.

Ainda na atualidade há a presença de situações de desconhecimento em relação ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social nas instituições/organizações

públicas e/ou privadas e/ou nas políticas sociais. Isto impulsiona um desconhecimento da profissão em si, o que resulta na rejeição de sua incorporação no processo interdisciplinar de intervenção da realidade social. Ademais, muitos dos espaços onde os Assistentes Sociais atuam hoje, se viram obrigados a incorporar tais profissionais em seus quadros de funcionários devido a determinações “de cima para baixo”. Em sua maioria, a demanda por tal profissional não foi resultante de processos de avaliação e necessidades vivenciados no cotidiano (envolvendo seus sujeitos e/ou demanda de atendimento), sob a reflexão de como tal profissional poderia contribuir com sua presença nos diversos ambientes de trabalho, ou seja, “de baixo para cima”. Este é um grande desafio para a categoria profissional, que em muitos espaços apesar de longa experiência de atuação ainda não se encontra legitimada (nem por sua demanda e nem pelos próprios espaços profissionais).

No âmbito da Política de Educação esta relação não se mostra diferente. Apesar de avanços da categoria profissional em relação a conquista do espaço profissional em tais cenários, muitas questões ainda merecem atenção. Referindo-se a tal contexto, Piana (2008) menciona ser obstáculos à efetiva inserção do Serviço Social na Política Educacional o desconhecimento por parte dos profissionais da educação do trabalho dos Assistentes Sociais, resultando na recusa da inserção dos mesmos nos espaços escolares; além do próprio despreparo dos Assistentes Sociais frente o exercício profissional no cenário educacional. Desta forma, o discurso em relação a necessidade de inserção dos Assistentes Sociais nas Escolas não se faz unânime, principalmente por parte dos atores envolvidos diretamente com a Política Educacional.

A profissão, enquanto categoria, necessita com urgência consolidar-se mediante o diálogo de suas experiências, diante da publicização de sua práxis, diante do posicionamento esclarecido de suas especificidades na divisão sociotécnica do trabalho. Mesmo após décadas de atuação, a profissão ainda precisa fazer se conhecer: pelos seus próprios integrantes como pela sociedade como um todo, em suas variadas instâncias, na ordem pública e privada.

O Serviço Social não pode ser levado adiante somente por representação de suas militâncias mais ativas, ele deve ser pauta de debate a todos os seus

integrantes, de forma a atender e absorver as demandas profissionais realmente em sua totalidade. Embora com um projeto ético-político que delineia o seu compromisso para com a classe trabalhadora, a sua própria atuação política enquanto classe se vê fragilizada mediante uma cultura não ativa, de não participação, de não envolvimento com as causas de ordem política-ideológica de direcionamento dos rumos da profissão. Sob este aspecto, percebemos o quanto a profissão ainda tem a romper com a cultura de submissão e apatia perante a sociedade, resquícios de uma formação social autoritária e dominadora.

### **OLHARES PARA A LEGITIMIDADE DO SERVIÇO SOCIAL**

As questões acima foram abordadas por compreender que é impossível a profissão conquistar legitimidade em seus diversos espaços de atuação se ela própria não se legitima enquanto categoria, ao passo que internamente ainda apresenta situações que necessitam ser resolvidas. As mudanças têm que ocorrer de dentro para fora e de fora para dentro em um processo dialético de superação dos entraves profissionais.

O primeiro passo para que tal transformação aconteça é o reconhecimento da existência de tais problemáticas para posteriormente atuar em relação a seu enfrentamento: ao trabalhar temáticas comuns a sociedade, organizar eventos que não envolvam somente a categoria profissional, objetivando a construção do conhecimento coletivo e a auto-afirmação das especificidades de cada área em tal processo; fazer da formação continuada mais do que uma pré-condição a atuação profissional contextualizada, mas um compromisso ético com a própria categoria e usuários; reconhecer as implicações do mercado de trabalho contemporâneo como determinantes diante do trabalho profissional, mas não determinísticas, identificando as possibilidades de rompimento com tal lógica; valorizar os cursos e a formação profissional de qualidade fugindo dos ditames mercadológicos; dentre outras. O momento não é de negar as dificuldades da própria categoria e nem de criticar sem propósitos suas dificuldades. Há a exigência de amadurecimento técnico-profissional para enfrentar tais desafios e contrapô-los em aprendizado, em fortalecimento, em novas perspectivas para a atuação diante das transformações da sociedade, bem

como das demandas emergentes.

O Serviço Social devido a sua atuação de natureza educativa que contribui para a formação ideológica, política e cultural da sociedade, pode ser um diferencial positivo a compor o cenário da Política de Educação. A sua inserção em tal Política poderá impulsionar modificações no modo de pensar e agir a Educação brasileira. Sobre a questão, Oliveira; Elias pontuam que o Serviço Social poderá contribuir para a existência de,

Uma outra educação que não seja mais o monopólio da instituição escolar e de seus professores, mais sim uma atividade permanente, assumida por todos os membros da comunidade e ligada a todas as dimensões da vida cotidiana de seus membros. (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 52)

Para reconhecer a possibilidade de contribuição do Serviço Social na área educacional, um segundo passo seria compreender que a Educação de forma geral não é propriedade da Escola. Por meio da dimensão socioeducativa, de acordo com Canteiro (2007, p. 220), o Serviço Social poderá contribuir diante de tal Política para o processo de democratização da educação; prestação de serviços sócio-assistenciais e socioeducativos; e articulação da política de educação com as demais políticas.

Ainda de acordo com Canteiro (2007), a atuação dos Assistentes Sociais, considerada a sua dimensão socioeducativa, se direcionará de forma a complementar a ação educativa estabelecida pelas escolas, colaborando para um trabalho de maior abrangência em relação aos funcionários (todos os que compõem a estrutura escolar), as famílias e a comunidade em geral. O público alvo do Serviço Social não se configura apenas pelos alunos, mas sim por todos aqueles que direta ou indiretamente estão envolvidos com a Política Educacional, sob o aspecto micro e macro social. A responsabilidade da atuação do Assistente Social no ambiente escolar é contribuir para a identificação das possibilidades do desenvolvimento de um trabalho em rede, que envolva e relacione a comunidade escolar e extra-escolar no enfrentamento de problemáticas coletivas. Se insere como um elo importante entre a instituição e a sociedade, em atenção às suas diversas instâncias.

Em relação às especificidades do trabalho técnico-operativo profissional no ambiente escolar, o CFESS (2001) elenca algumas possibilidades, conforme

descritas abaixo:

Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar; Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania; Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública; articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para o atendimento de suas necessidades; realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento a cerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente; elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais; empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93 não especificadas acima. (CFESS, 2001, p. 13)

As possibilidades de atuação não se encerram nas referências acima. Pelo contrário, há um amplo espaço de oportunidades, relacionado aos diversos contextos escolares onde o profissional de Serviço Social se faz presente. Além das competências técnico-operativas, o Assistente Social deve estar atento e dominar as competências ético-política e teórico-metodológica (IAMAMOTO, 2004), que são necessárias para a consolidação do trabalho profissional, na perspectiva da Educação ou em outras Políticas. Tais competências conferem à Profissão uma caracterização que não cabe ao senso comum, mas sim ao âmbito das ciências humanas e sociais.

Desta forma, independente do tipo de ação que será desenvolvida pelos profissionais no cenário escolar, o importante é deixar claro seus objetivos, que atue na perspectiva dos direitos, que evidencie o compromisso político com seus usuários de trabalhar em prol de uma educação que tenha condições de provocar mudanças nas bases sociais em prol de relações democráticas e de uma sociedade também democrática.

Para Bonetti (2005, p. 203) “pensar politicamente, como forma de contribuir para a propulsão de mudanças, afigura-se hoje para os Assistentes Sociais como um requisito ético e técnico”.

A atuação do Assistente Social é antes de tudo política, assim como também o é o ato de educar. A pretensão profissional na área educacional não é promover a



educação formalizada e/ou sistematizada, é trabalhar na educação informal, no âmbito da Política e Cultura.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-educacionais**. Publicado em 05/04/2010. Págs. 02-05. Disponível em: <http://serviosocialemgeral.blogspot.com.br/2010/04/o-servico-social-na-educacao-novas.html>. Acesso em: 01/06/2012

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. A Educação como Direito e a Inserção dos Assistentes Sociais em estabelecimentos educacionais. In: **O Serviço Social e a Política Pública de Educação**. Distribuição Gratuita. Dez/2005, p. 4-6.

ARROYO, Miguel G. Educação e Exclusão da Cidadania. In: **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época)

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social. Vol. 2)

BONETTI, Dilséa Adeodata (org.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CFESS/CRESS. **Serviço Social na Educação**. Brasília/DF: set/2001.

CFESS/GT de Educação. **Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação**. Brasília/DF: jun/2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>. Acesso em: 30/06/2022.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que o Serviço Social quer dizer. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 108. São Paulo, p. 748-761, out/dez 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?lng=pt>. Acesso em: 30/06/2022.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação como Práxis Política**. São Paulo: Summus, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

- IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 11ª ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1996.
- MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº 109. São Paulo: jan/mar. 2012, p. 151-178.
- MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: Elo para a Construção da Cidadania**. PUC/SP. São Paulo, 2007. Tese para obtenção do Título de Doutora.
- MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MONTAÑO, Carlos. Um Projeto para o Serviço Social Crítico. In: **Revista Katálisis**. Nº 2. Vol.9. Florianópolis: jul/dez. 2006. (33pgs). Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802006000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802006000200002). Acesso em: 01/07/2022.
- Morin, Edgar (1921). **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya ; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2ª. ed. São Paulo: Cortez ; Brasília/DF: UNESCO, 2000.
- NOSELLA, Paolo. **A Escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.
- OLIVEIRA, C. A. H. S.; ELIAS, W. F. A Dimensão Sócio-educativa do Serviço Social: elementos para análise. In: **Serviço Social & Realidade**. Nº 1. Vol. 14. Franca, 2005, p. 41-62.
- OLIVEIRA, C. A. H. S.; ELIAS, W. F. As Diferentes Configurações da Dimensão Sócio-educativa do Serviço Social Brasileiro na sua Trajetória Histórica Profissional. In: **Serviço Social & Realidade**. Nº 2. Vol. 17. Franca, 2008, p. 61-83.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas & questões**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- PIANA, Maria Cristina. A Construção do Perfil do Assistente Social no Cenário

Educacional. Tese (Doutorado em Serviço Social). Área de Concentração: Serviço Social, Trabalho e Sociedade. Franca: Unesp, 2008.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Brasília: 2004. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/pnas\\_final.pdf](http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/pnas_final.pdf). Acesso em: 30/06/2012.

ROMANELLI, Oltaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. 36ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1981. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo)

SAVIANI, Dermeval; RAMA; German; LAMARRA, Norberto; AGUERRONDO, Inês; WEINBERG; Gregório. **Desenvolvimento e Educação na América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

SIMIONATTO, Ivete; LUZA, Edinaura. Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma: lógica perversa para as políticas sociais. **Textos & Contextos**. Nº 2, Vol. 10. Porto Alegre: ago/dez. 2011, p. 215 – 226.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3ª ed. Revista e Atualizada. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica do Serviço Social. Vol.3)

TORRES, Mabel Mascarenhas. As Múltiplas Dimensões Presentes no Exercício Profissional do Assistente Social: intervenção e o trabalho sócio-educativo. In: **Serviço Social em Revista**. Nº 1. Vol. 12. Londrina: jul/dez 2009, p. 202-227.